CAPÍTULO 34

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Lara Beatriz de Sousa Araújo¹, **Francisca Victória Vasconcelos Sousa**², **Emanuele Silva Gomes**³, **Maira Oliveira Belforte**⁴, **Júlio César Pereira da Silva**⁵, **Cristian Dornelles**⁶, **Joycianne Ramos Vasconcelos de Aguiar**⁷, **Maria de Padua Martins Mendes**⁸, **Ananda Caroline Vasques Dantas Coelho**⁹, **Rosangela Cunha Machado Tavares**¹⁰, **João Felipe Tinto Silva**¹¹, **Mariana Ferreira Ramalho**¹²

¹ Universidade Federal do Piauí, (larabeatriz@ufpi.edu.br)

² Universidade Estadual do Piauí, (fvictoriavsousa@aluno.uespi.br)

³ Centro Universitário Mário Pontes Jucá, (eemanuelegomes@gmail.com)

⁴ Faculdade UniBRAS de Juazeiro, (mairarso18@gmail.com)

⁵ Universidade Paulista, (julio.ufal@outlook.com)

⁶ Universidade Católica de Pelotas, (dornelles.cristian@gmail.com)

⁷ Universidade Católica de Pelotas, (joycianneaguiar@hotmail.com)

⁸ Centro Universitário UNINOVAFAPI, (mariapadua_@hotmail.com)

⁹ Universidade Estadual do Ceará, (nandakaroline2@gmail.com)

¹⁰ Universidade Federal Fluminense, (rosangelauff16@gmail.com)

¹¹ Faculdade Venda Nova do Imigrante, (felipetinto99@gmail.com)

¹² Universidade Federal do Goiás, (marianaf.ramalho@gmail.com)

Resumo

Objetivos: Identificar o papel do enfermeiro no combate à insegurança alimentar na Atenção Primária. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada entre os meses de junho e dezembro de 2021, através das bases de dados BDENF, LILACS e MEDLINE, por meio dos descritores: “Alimentação Básica”, “Cuidados de Enfermagem” e “Atenção Primária à Saúde”, combinadas pelo booleano AND. Como critérios de inclusão, foram utilizados estudos primários, disponíveis online, na íntegra, gratuitos e nos idiomas de português, espanhol e inglês, dos últimos dez anos. Foram excluídos artigos que não contemplavam o tema ou objetivo proposto, bem como teses, revisões, editoriais e publicações duplicadas. Dessa forma, foram encontrados 152 estudos, dos quais 10 foram selecionados. **Resultados:** A insegurança alimentar é caracterizada pela alteração no direito a uma alimentação em qualidade e quantidade adequada, sendo um grave problema de saúde pública, atingindo especialmente populações vulneráveis. Nesse sentido, o enfermeiro tem um papel essencial na estimulação à

implementação de hortas comunitárias, aliado à disseminação de informações quanto aos hábitos alimentares, bem como o incentivo à prática de atividade física, uma vez que políticas direcionadas a esse público podem ajudar a melhorar os resultados de saúde, superar barreiras enfrentadas e estabelecer estratégias de cuidado por meio da APS, permitindo assim o senso de pertencimento da comunidade. Desse modo, é de suma importância que tais profissionais estejam aptos para lidar com a situação, uma vez que os enfermeiros compõem uma significativa parcela das equipes de saúde, onde a alimentação e as problemáticas advindas da mesma se fazem pertinentes. **Conclusão:** As adversidades quanto ao papel do enfermeiro no combate à insegurança alimentar instauraram a necessidade de discutir sobre a temática, além de pôr em prática medidas que contribuam para mitigar essa situação, especialmente dos indivíduos usuários da APS.

Palavras-chave: Alimentação Básica; Cuidados de Enfermagem; Atenção Primária à Saúde.

Área Temática: Saúde Pública

E-mail do autor principal: larabeatriz@ufpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A alimentação configura-se como um dos determinantes sociais de saúde da população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nesse sentido, cabe ao SUS formular e avaliar as políticas nacionais de alimentação, visando assim, melhorar as condições alimentícias da população, promovendo uma melhor qualidade de vida à comunidade. Além disso, uma alimentação saudável promove uma gama de benefícios, principalmente em crianças, devido a sua fase de crescimento, dessa forma, prevenindo comorbidades tanto a curto como longo prazo (COPPEL *et al.*, 2017).

No entanto, apesar de programas federais que buscam promover uma alimentação saudável, a insegurança alimentar, sendo caracterizada pela incapacidade de acesso a alimentos seguros e nutritivos suficientes de forma e quantidade socialmente aceitável, sendo associado a condições socioeconômicas precárias, ainda marca presença dificultando o acesso a uma boa alimentação. Ademais, sua prevalência é maior entre minorias étnicas e pessoas de baixa renda, o que faz com que tais pessoas contem com alimentos ricos em energia e pobres em nutrientes, sendo ricos em açúcares, gorduras e sódio. Esses alimentos são – na maioria das vezes – mais baratos comparados a alimentos nutritivos de maior qualidade, ocasionando também em um baixo consumo de frutas e hortaliças (TOMAYKO *et al.*, 2017; MENDES *et al.*, 2021).

No início da década de 2000, milhões de brasileiros viviam na pobreza. Esse cenário constitui uma realidade da estrutura econômico-social do país, que perdura mesmo após anos, onde esse estado de pobreza, consequentemente de vulnerabilidade social, dificulta o adequado

acesso a alimentos, de forma segura e nutritiva, constituindo um panorama de alta prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN). Tal vulnerabilidade expõe que o bem-estar das famílias depende da posse de ativos, como renda, moradia, abastecimento de água, saneamento básico, acesso a serviços de saúde, escolas, entre outros, sendo este cenário muito conhecido pelos enfermeiros devido sua proximidade com a população, seja através do ambiente físico da Unidade de Saúde, seja pela observação da realidade através de visitas domiciliares, o que expõe essa situação para estes profissionais (BEZERRA *et al.*, 2020).

Ademais, a obesidade também pode ser considerada um indicador de insegurança alimentar, uma vez que a má escolha dos alimentos indica o não acesso a alimentos nutritivos, podendo repercutir assim na saúde e na qualidade de vida do indivíduo, sendo de suma importância o contato do enfermeiro com o indivíduo, assim como com a equipe multidisciplinar, a fim de compreender mais acerca da situação, bem como combatê-la (JESUS *et al.*, 2019).

Em razão disso, a Atenção Primária de Saúde (APS), diante da sua proximidade com a comunidade, tem um papel essencial de promover a educação em saúde, por meio de ações educativas promovidas pela equipe multiprofissional que compõe o núcleo da APS, dessa forma, buscando promover a educação em saúde e consequentemente, a promoção e prevenção de possíveis doenças causadas em virtude da insegurança alimentar. Nesse sentido, o trabalho surgiu da necessidade de se abordar esse tema até então pouco presente na literatura, onde o presente estudo tem como objetivo identificar através da literatura científica o papel do enfermeiro no combate à insegurança alimentar na Atenção Primária de Saúde, uma vez que se trata da principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo e descritivo. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, permitindo a síntese do conhecimento de um determinado assunto, além disso, permite a síntese de múltiplos estudos publicados possibilitando conclusões gerais a respeito de uma área de estudo específica.

Nesse sentido, seguiu-se as seguintes etapas para a construção do trabalho: definição do tema e elaboração da questão de pesquisa; elaboração dos critérios de elegibilidade, inclusão e exclusão dos estudos; definição dos descritores, busca na literatura e coleta de dados; análise

crítica dos estudos incluídos e discussão dos resultados; e apresentação da síntese da revisão. Para direcionar a presente revisão delinear-se como questão norteadora: O que a literatura aborda sobre o papel do enfermeiro no combate à insegurança alimentar no Brasil, através da Atenção Primária de Saúde?

Para a construção deste trabalho, a busca dos artigos foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com o auxílio das bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Os artigos foram coletados no período de junho a dezembro de 2021. Foram utilizados os descritores: “Alimentação Básica” and “Cuidados de Enfermagem” and “Atenção Primária à Saúde”, localizados na lista dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) e cruzados com o operador booleano “AND”.

Foram selecionados como critérios de inclusão os artigos publicados nas referidas bases de dados nos últimos dez anos, de forma on-line, nos idiomas português, inglês e espanhol e que contemplassem o tema e o objetivo proposto para esta pesquisa. Os critérios de exclusão estabelecidos foram os artigos que não contemplavam o tema ou objetivo proposto, bem como teses, revisões, editoriais e publicações duplicadas e indisponíveis na íntegra.

Ressalta-se que, quanto aos aspectos éticos, por se tratar de um estudo de revisão, não foi necessário o encaminhamento e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. No entanto, foram respeitados os preceitos éticos e a garantia dos direitos autorais das obras utilizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram reunidos dez artigos com data de publicação entre 2013 e 2021, com prevalência de artigos publicados no ano de 2017, sendo em sua maioria estudos qualitativos e nacionais, nos quais evidenciou-se a importância da atuação do enfermeiro no combate à insegurança alimentar através da APS, tendo em vista que se trata da porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse viés, para a obtenção dos resultados, foi realizada a síntese dos dados coletados com o objetivo de explanar a fundamental importância do enfermeiro no combate à insegurança alimentar através da Atenção Primária à Saúde.

Quadro I – Distribuição dos artigos que compuseram este estudo, segundo autores, revista, título e posição do autor acerca da temática.

N. º	AUTORES	REVISTA	TÍTULO	POSIÇÃO ACERCA DO PAPEL DO ENFERMEIRO NA ALIMENTAÇÃO
1	COPPELL, K. J., <i>et al.</i>	BMC Fam Pract	A eficácia de uma intervenção dietética conduzida por enfermagem em cuidados primários para pré-diabetes: um estudo piloto de métodos mistos	Apesar dos poucos relatos quanto às intervenções pré-diabetes lideradas por enfermeiros na APS, há viabilidade e aceitabilidade por parte dos usuários dos serviços de saúde pelos aconselhamentos alimentares.
2	JESUS, M. C. P., <i>et al.</i>	Rev enferm UFPE on line	Ações de enfermeiros direcionadas a adolescentes obesos na atenção primária	As ações dos enfermeiros foram direcionadas a adolescentes obesos na APS, com o objetivo estimular a alimentação saudável e a atividade física, bem como a melhora da autoestima para a redução do peso, através do aconselhamento em saúde, envolvimento da família e articulação intersetorial, visando melhor qualidade de vida.
3	MOURA, M. O. P., <i>et al.</i>	O Mundo Da Saúde	Facilidades e dificuldades dos enfermeiros no cuidar da alimentação infantil na atenção básica	As alterações ocorridas na situação nutricional infantil nos últimos anos, refletem no manejo do cuidado pelo enfermeiro à criança, onde é de suma importância a alimentação aliada ao cuidado de enfermagem para a promoção da saúde da criança e de sua qualidade de vida.
4	PALMEIRA, C. S., <i>et al.</i>	Rev. baiana enferm.	Padrão alimentar, comorbidades e grau de obesidade de mulheres em seguimento ambulatorial multiprofissional.	A alimentação possui grande relação com escolaridade e condições socioeconômicas, onde a hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo 2 e dislipidemia são as principais comorbidades associadas ao excesso de peso, afetando também outros setores da vida de crianças, como o desempenho escolar.

5	PALOMBO, C. N. T.	Rev. Bras. Enferm.	Dificuldades na orientação nutricional e no acompanhamento do crescimento infantil: a partir de uma perspectiva profissional	As principais dificuldades no aconselhamento nutricional do crescimento infantil referem-se às percepções e crenças relacionadas à alimentação. Em relação aos impasses no acompanhamento do crescimento infantil, são apontadas condições precárias nas instalações e falta de equipamentos, considerados problemas recorrentes nos serviços de saúde.
6	PALOMBO, C. N. T., <i>et al.</i>	Rev. Bras. Saude Mater. Infant.	Capacitação em aconselhamento nutricional: avaliação do conhecimento e aplicabilidade na atenção à saúde da criança	É importante a ampliação do conhecimento dos profissionais da APS quanto à alimentação, se fazendo necessário o empenho da equipe e organização dos serviços, para melhores resultados nas mudanças das práticas alimentares inadequadas.
7	PEDRAZA, D. F.; MENEZES, T. N.; COSTA, G. M. C.	Salud Colectiva.	Ações de alimentação e nutrição na estratégia saúde da família: estrutura e processo de trabalho	Na ausência do nutricionista, os médicos e enfermeiros são os profissionais que fornecem as orientações quanto à alimentação e nutrição. No entanto, tais profissionais não contam com estrutura adequada, enfrentam problemas relacionados à demanda, adesão e situação socioeconômica da população, se fazendo necessário a capacitação profissional.
8	SERRANO, M. T. B.	Enferm. glob.	Fluxograma para prevenção secundária da obesidade de acordo com a origem do problema: PEIC "Bimbela".	É necessário avaliar a origem do problema para uma melhor abordagem, promoção e prevenção de saúde.
9	VALENZUELA, M. S.; MEDINA-MORA, P. T.;	Salud Colectiva.	Alimentação infantil: uma reflexão sobre os programas de estudo de enfermagem na Cidade do México	O enfermeiro possui um papel significativo dentro da APS, sendo de suma importância dispor de informações e capacitação necessária para enfrentar os desafios da modernidade e da

	SEGURA, C. M.			globalização, sobretudo quanto a alimentação da população infantil.
--	------------------	--	--	--

Fonte: Dados coletados pelos autores (2021)

De acordo com a lei 11.346/2006, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade a todos, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Dessa forma, a insegurança alimentar é um importante problema de saúde pública que afeta especialmente populações em situação de vulnerabilidade social, ocorrendo quando o direito a uma alimentação em qualidade e quantidade adequada de forma regular é desrespeitado, fazendo com que o indivíduo consuma alimentos inadequados para uma qualidade de vida digna (SANTOS, 2018; BRASIL, 2006).

Nesse sentido, indivíduos que se encontram em situação de insegurança alimentar possuem menor qualidade alimentar devido à acessibilidade limitada ou falta de acesso a alimentos saudáveis, incluindo frutas e verduras frescas. Tal situação é muitas vezes acompanhada pelo aumento do consumo de alimentos com alto índice de açúcar, gordura e sódio, tendo em vista que são comercializados a preços mais acessíveis (MENDES *et al.*, 2021).

Segundo estudo realizado por Almeida e demais autores (2017), as famílias apresentaram alta prevalência de insegurança alimentar e nutricional, determinada pela baixa renda familiar e pela baixa variedade da alimentação, representando assim a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas, que, de fato, garantam a segurança alimentar a essa população, visando também à educação nutricional e maior possibilidade para produção de alimentos. Nesse viés, o enfermeiro tem um papel essencial no combate a essa problemática devido ao contato direto com essa população, pela Atenção Primária.

Nas últimas décadas, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) estão marcando cada vez mais o cenário epidemiológico brasileiro, como, doenças cardiovasculares, diabetes mellitus e obesidade, estando essas diretamente relacionadas em consequência dos maus hábitos alimentares. Tendo isso em vista, é evidente que a alimentação é um fator vital para uma boa qualidade de vida e manutenção da saúde (LOPES *et al.*, 2014).

A obesidade é considerada uma epidemia, assim como indicador de insegurança alimentar, sendo sua crescente prevalência em áreas urbanas, especialmente em países de baixa e média renda, acometendo principalmente jovens e adultos. Além disso, os problemas nutricionais influenciam os agravos de saúde e a mortalidade infantil, tornando a obesidade um

problema complexo (JESUS *et al.*, 2019; PALMEIRA *et al.*, 2020).

A APS, é considerada o ambiente mais próximo da população, perante a isso, a mesma possui um papel essencial na educação em saúde para a população alertando a importância de uma alimentação saudável para a promoção da saúde. Nesse viés, a Estratégia de Saúde da Família no âmbito multiprofissional tem um papel essencial, educando a população e incentivando a uma alimentação nutricional adequada diante de suas necessidades (FRANÇA; CARVALHO, 2017).

As ações educativas podem ser desenvolvidas de maneiras diversas pelos enfermeiros, uma vez que são os principais proporcionadores de educação em saúde, como por orientações quanto à manipulação dos alimentos, cultivo de hortas domiciliares ou comunitárias, quanto à educação alimentar e consumo adequado dos alimentos. Ademais, a soberania alimentar também deve ser considerada abordada, uma vez que consiste no direito do povo de participar das decisões políticas do seu país, com enfoque na alimentação, desde sua produção até ao consumidor final, para que possam se sentir integrantes dessa construção. Além disso, práticas de educação em saúde voltadas ao incentivo do aleitamento materno também devem ser abordadas, assim como a luta por políticas públicas mais eficientes voltadas para essa problemática (SANTOS *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2017; TRIVELLATO *et al.*, 2019).

Outrossim, o Programa Saúde na Escola ligado a APS, tem como objetivo promover a prevenção e promoção da saúde, por meio de ações educativas através da articulação entre o Ministério da Saúde e Educação. Tendo isso em vista, a escola possui papel primordial na educação em saúde, buscando promover uma boa qualidade de vida através de palestras com estudantes, alertando sobre os riscos acerca do consumo de alimentos com baixo teor nutricional, bem como identificar as situações de vulnerabilidade socioeconômica, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por estes, bem como suas necessidades (VASCONCELOS *et al.*, 2016; SERRANO *et al.*, 2017).

A Campanha Nacional da Merenda Escolar, hoje denominada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é um programa assistencial desenvolvido pelo Governo Federal, visando reduzir a desnutrição mediante oferta de suplementação alimentar com foco nas áreas mais pobres do país. No entanto, apesar da criação do programa, um dos primeiros desafios para enfrentar o problema da fome e da insegurança alimentar no país é a quantificação do fenômeno, com o envolvimento de toda a equipe multiprofissional (PEIXINHO, 2013).

Nesse sentido, na década de 1980 foi desenvolvido a Escala de Segurança Alimentar Domiciliar, adotada pelo Serviço de Alimentação e Nutrição do Departamento de Agricultura

dos Estados Unidos a partir de 1995, com o intuito de elaborar indicadores diretos de quantificação da população sujeita a diferentes graus de insegurança alimentar, para o acompanhamento e avaliação de suas ações e estratégias, a fim de auxiliar nesse processo (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009).

Nas últimas duas décadas, observou-se uma ampliação dos recursos federais para o PNAE, em conformidade com o aumento do número de estudantes atendidos. Entretanto, persiste o desafio de garantir uma alimentação saudável e variada com o valor de R\$ 0,32 a R\$ 2,00 per capita por dia (Resolução nº 01, 2017). Dessa forma, o PNAE passa por uma situação delicada e que ainda necessita de melhoras, uma vez que as necessidades alimentares ainda são um problema significativo, especialmente no cenário pandêmico vivenciado pela Covid-19.

Nesse viés, o enfermeiro possui um importante papel no combate à insegurança alimentar, através da implementação de hortas comunitárias na comunidade, aliado à disseminação de informações quanto aos hábitos alimentares, bem como o incentivo à prática de atividade física, uma vez que políticas direcionadas a esse público podem ajudar a melhorar os resultados de saúde, a superar barreiras enfrentadas e a estabelecer estratégias de cuidado. Dessa forma, a participação ativa dos enfermeiros no engajamento no processo de cuidar na Atenção Básica é um importante fato a ser considerado (MOURA *et al.*, 2015; JESUS *et al.*, 2019; PALMEIRA *et al.*, 2020;).

Para que o manejo da insegurança alimentar seja de fato efetivo, se faz necessário a compreensão dos fatores condicionantes e determinantes sociais, para que as ações tomadas respeitem a singularidade da situação em que cada indivíduo se encontra, especialmente por se tratar da Atenção Primária, onde o enfermeiro tem um maior conhecimento do indivíduo a qual frequenta a unidade de saúde (MENDES, 2021).

Nesse viés, a adesão a hábitos saudáveis, relacionados à alimentação, diminui significativamente vários fatores de risco à saúde, como complicações cardíacas e distúrbios metabólicos provenientes das altas taxas de tecido adiposo no corpo, além de promover uma melhor qualidade de vida a população, uma vez uma alimentação com um bom teor nutricional auxilia em um melhor condicionamento físico, sendo assim uma significativa atribuição dos enfermeiros nesse contexto, a fim de mitigar e evitar tais comorbidades, uma vez que a presença de nutricionistas e educadores físicos nem sempre é expressa nas Unidades Básicas de Saúde do país (JESUS *et al.*, 2019).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo elucidou que a insegurança alimentar causa diversos problemas ou enfermidades, como a diminuição da função pulmonar e demais problemas à saúde, uma vez que a má alimentação repercute no sistema imunológico e demais sistemas do corpo. Dessa forma, o profissional enfermeiro possui um importante papel na APS, para saber identificar e atuar frente a insegurança alimentar, tendo em vista seu grande potencial de alteração na saúde.

Nesse sentido, o enfermeiro da APS atua – em conjunto com a equipe multidisciplinar e com a comunidade – na elaboração e na construção de hortas comunitárias que possam atender as necessidades da comunidade, bem como no incentivo dos indivíduos à utilização de academias comunitárias, além de orientar os indivíduos quanto às práticas de uma boa alimentação e sua repercussão na saúde. Outrossim, as escolas possuem essencial na promoção da saúde, através de ações educativas que possam ser ministradas dentro das salas de aulas por profissionais de saúde, a fim de mitigar as consequências da insegurança alimentar, bem como atuar diante do combate de tal condição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. *et al.* Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 22, n. 2, 2017.
- AMORIM, A. L. B. JUNIOR, J. R. S. R. BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Rev. Adm. Pública**. v. 54, n. 4, 2020.
- BEZERRA, M. S. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 25, n. 10, 2020.
- BRASIL. Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União 2006; 18 set.
- COPPELL, K. J. *et al.* The effectiveness of a primary care nursing-led dietary intervention for prediabetes: a mixed methods pilot study. **BMC Fam Pract**. v. 18, n. 106, 2017.
- FRANÇA, C. J. CARVALHO, V. C. H. S. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura. **Saúde debate**. v. 41, n. 114, 2017.
- JESUS, M. C. P. *et al.* Ações de enfermeiros direcionadas a adolescentes obesos na atenção primária. **Rev Enferm UFPE on line**. v. 13, 2019.
- MOURA, M. O. P. *et al.* Facilidades e dificuldades dos enfermeiros no cuidar da alimentação infantil na atenção básica. **O Mundo da Saúde**. v. 39, n. 2, p. 231-238, 2015.
- MENDES, F. C. *et al.* Insegurança alimentar doméstica, função pulmonar e DPOC em adultos dos EUA. **Nutrients**. v. 13, n. 6, 2021.

- PALMEIRA, C. S. *et al.* Padrão alimentar, comorbidades e grau de obesidade de mulheres em seguimento ambulatorial multiprofissional. **Rev. baiana enferm.** v. 34, 2020.
- PALOMBO, C. N. T. Difficulties in nutritional counseling and child growth follow-up: from a professional perspective. **Rev. Bras. Enferm.** v. 70, n. 5, 2017.
- PALOMBO, C. N. T. *et al.* Training in nutritional counseling: knowledge assessment and applicability in child's healthcare. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** v. 18, n. 1, 2018.
- PEDRAZA, D. F. MENEZES, T. N. COSTA, G. M. C. Ações de alimentação e nutrição na estratégia saúde da família: estrutura e processo de trabalho. **Rev enferm UERJ.** v. 24, n. 4, 2016.
- PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.
- RESOLUÇÃO CD/FNDE/MEC nº 1, de 8 de fevereiro de 2017. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF, 2017.
- SANTOS, T. G. *et al.* Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cad. Saúde Pública.** v. 34, n. 4, 2018.
- SERRANO, M. T. B. Fluxograma para prevenção secundária da obesidade de acordo com a origem do problema: PEIC "Bimbela". **Enferm. Glob.** v. 16, n. 47, p. 427-452, 2017.
- SILVA, E. K. P. *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cad. Saúde Pública.** v. 33, n. 4, 2017.
- TOMAYKO, E. J. *et al.* Insegurança alimentar doméstica e padrões alimentares em famílias indianas rurais e urbanas americanas com crianças pequenas. **BMC Saúde Pública.** v. 17, n. 611, 2017.
- TRIVELLATO, P. T. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciênc. saúde colet.** v. 24, n. 3, 2019.
- VALENZUELA, M. S. MEDINA-MORA, P. T. SEGURA, C. M. Alimentación infantil: una reflexión en torno a los programas de estudio de enfermería en la Ciudad de México. **Salud Colectiva.** v. 10, n. 2, 2014.
- VASCONCELOS, A. C. C. P. MAGALHÃES, R. Práticas educativas em Segurança Alimentar e Nutricional: reflexões a partir da experiência da Estratégia Saúde da Família em João Pessoa, PB, Brasil. **Interface.** v. 20, n. 56, 2016.